



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO

Disciplina:

GÊNERO E ETNIA: Interseções necessárias aos direitos humanos fundamentais para a interlocução sobre as finalidades do Estado

Sigla da Disciplina: DES 5875

Nome da disciplina: GÊNERO E ETNIA: Interseções necessárias aos direitos humanos fundamentais para a interlocução sobre as finalidades do Estado

PROGRAMA/ÁREA DIREITO DO ESTADO

Nº DA ÁREA:

VALIDADE INICIAL: Primeiro semestre de 2018

Nº DE CRÉDITOS:

*Aulas Teóricas: 24 horas e Aulas Práticas: 24 horas (Seminários) - 48 horas PRESENCIAIS
Serão 12 (doze) encontros semanais de quatro horas*

12 Horas Estudos: LEITURAS E CONSULTAS ELETRONICAS

TOTAL: 54 horas

DURAÇÃO EM SEMANAS: 12 (doze)

DOCENTE RESPONSÁVEL: Eunice Aparecida de Jesus Prudente

Departamento de Direito do Estado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Número USP 2089959

PROGRAMA

1. OBJETIVOS

Implementação dos direitos humanos fundamentais com reais percepções das diferenças em sociedades capitalistas, com populações tão numerosas quanto diversificadas, além de partilharem experiências históricas marcadas por descontinuidades e preconceitos, tendo o Brasil e seu povo, como estudo de caso. Impressiona entre nós a naturalização de privilégios, expressando patriarcalismo (homens, brancos, católicos, heterossexuais) e na larga base da pirâmide socioeconômica, a naturalização da miséria (mulheres negras). Quantos convivem abaixo da linha aceitável da pobreza? Alguns brasileiros? Não. Os dados oficiais (IBGE, IPEA) informam que 53% dos brasileiros são negros (pretos e pardos). O entendimento e análises de realidades tão complexas quanto injustas, exigem estudos interdisciplinares fundamentados em políticas de dados abertos, uma das conquistas do Estado Democrático de Direito. É



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO

notável a conquista da Constituição Federal de 1988 e a atualidade dos direitos humanos como fundamentais, portanto indisponíveis (Robert ALEXY, Virgílio Afonso da SILVA), bem como o neoconstitucionalismo exigindo eficácia das normas constitucionais (Luís Roberto BARROSO) incentivam o enfrentamento das raízes da malévolos distribuição de papéis sociais, e a busca do Estado de Justiça. “O Brasil não é pobre, é injusto” (Ricardo HENRIQUES, IPEA, 1990), onde a desigualdade desponta na distribuição de recursos e não em sua escassez. Um alinhamento de cor, ditada por fenótipos negróides acompanha e delinea o retrato socioeconômico da desigualdade. As instituições públicas e privadas são dirigidas por homens brancos em forma sutil quanto injusta de discriminação, a invisibilidade das mulheres e dos negros. Urge que se busque a efetividade dos direitos conquistados e é compromisso dos juristas, desde que examine integralmente a sociedade e com humildade inteligente, ouça e receba informações e comprovações de todas as áreas do conhecimento, a começar pela Política para real e integral conhecimento das condições de convivência de seres humanos (homem, mulher, transgêneros). Sem olvidar a pluriethnicidade da República Federativa do Brasil.

2. JUSTIFICATIVA

Temas vinculando questões de gênero e ou de etnia não vem recebendo tratamento e análises profundas no âmbito do direito. Quando empreendemos pesquisas interdisciplinares tendo como foco os direitos humanos, observamos que outras ciências e áreas do conhecimento há muito vem estudando criticamente gênero e etnia e muitas vezes já promovendo intersecções que elucidam realidades vivenciadas. Nossa sociedade é complexa, como consequência de experiências culturais e históricas, temos as mulheres, os negros entre os grupos vulneráveis. Ora, o desenvolvimento dos direitos humanos entre nós diz respeito à garantia de melhor qualidade de vida a todos, com o reconhecimento dos direitos da pessoa como fundamentais, portanto indisponíveis como constitucionalmente postos. Necessário portanto melhores e mais abrangentes estudos e pesquisas sobre as questões de gênero e de etnia.

3. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizar-se-á da abordagem transdisciplinar alcançando informações, dentre outras, do Direito Constitucional, Direitos Humanos, Direito Civil, História, Antropologia, Sociologia, Economia, com variados instrumentos metodológicos:

- Levantamentos bibliográficos, seguidos de leituras com discussões dos clássicos humanistas às atuais.
- Análise crítica das políticas públicas de inclusão e da legislação pertinente.
- Análise dos principais movimentos e organizações sociais no enfrentamento do sexismo e do racismo
- Estudos dos casos norte americanos e processos brasileiros junto à Corte Interamericana de direitos humanos.
- Revisão normativa a partir de estudos dos principais instrumentos internacionais (ONU, UNESCO, OIT)
- Pesquisas fundamentadas em dados estatísticos emitidos por órgãos governamentais, bem como comentados pelas organizações sociais.

4. CONTEUDO (EMENTA)

Sexismo e Racismo. Igualdade Formal e Substancial. Feminismo e Direitos Femininos. Diferenças e Desigualdades. Funções do Estado e Políticas de Ação Afirmativa. Teoria Crítica Racial: Estados Unidos



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO

– Brasil. Constituição Federal de 1988: desafios e conquistas.

5. Programa das aulas teóricas

Serão doze encontros às terças-feiras, das 17 às 21 horas, com duas horas de aulas teóricas e duas horas de seminários sobre temas previamente definidos e divulgados ao alunado.

SALA 306 I (Predio Anexo)

20/março/2018 – 17 horas

A) Apresentação da disciplina com explicações sobre o desenvolvimento do programa (Profa. Eunice)

Feminismo Hoje?

Docente responsável e convidadas

Profa. Dra. Isis Aparecida Conceição

Profa. Dra. Mafoane .(a confirmar)

Palestra: Conhecendo as normas da ABNT – 18 hs

Maria dos Remédios da Silva – Bibliotecária d Faculdade de direito da USP

Mestre em ciências da Informação

03/abril/2018 - 17 hs

B) Preeminência Política: O Direito de Ser Humano (Homem, Mulher, Pessoa Transsexual) (Profa. Eunice)

Docente responsável e convidados

Dra. Albertina Duarte (a confirmar)

O Direito Humano à Identificação - Dr. Mario Porto

Palestra: Política de dados Abertos - 18:30 hs

Helena Pechevuzinske – Graduada em Matemática e Física

Pósgraduada em Consultoria Web

10/abril/2018 - 17 hs

C) Preeminência Política: O direito de Ser Negro. Preconceito e Discriminação (Profa. Eunice e professores convidados)

Professor Dr. Ricardo Alexino Ferreira (ECA USP)

Professor Dr. Celso Luiz Prudente (FE UFMT)

18 hs - 1º Seminário - tema:

17/abril/2018 - 17 hs

D) Escravização de africanos e Ameríndios - Ciclo do Sistema Capitalista Mercantil à Industrialização (Profa. Eunice)

18 hs - 2º Seminário



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO

24/abril/2018 - 17 hs

E) *Feminismo e Conquista dos direitos humanos fundamentais femininos. (Profa. Eunice e convidados)*

Profa. Dra. Maria Aparecida Bento

DRA. Edna Roland (a confirmar)

19 hs - 3º seminário - Tema:

08/maio/2018 - 17 hs

F) *Mito da Democracia Racial. Igualdade Formal e a busca da Igualdade Substancial. União dos Movimentos Sociais e Formação de Sociedades Cívis. Conquista da Constituição Federal de 1988.*

(Profa. Eunice e convidados)

18 hs - 4º Seminário - Tema:

15/maio/2018 - 17 hs

G) *Trabalhadoras Domésticas: Da Escravização à Servidão. Domésticas: Provedoras das Primeiras Famílias Negras, após Abolição. Reconhecimento do Trabalho Doméstico: Constituição Federal de 1988*

(Profa. Eunice e convidados)

Dra. Maria dos Anjos Mesquita (Presidente Conselho Condição Feminina e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Beleza)

18 hs - 5º Seminário - Tema:

22/maio/2018 - 17 hs

H) *Racismo Estrutural ou Racismo Sistêmico. Ordenamento Jurídico e Questão Racial. Teoria Crítica Racial. Contribuições do Pensamento e Ativismo Norte americano: Derrick Bell, Kimberle Crenshaw, Richard Delgado. (Profa. Eunice e convidados)*

Profa. Dra. Isis aparecida Conceição

18 hs - 6º Seminário - Tema:

29/maio/2018 - 17 hs

I) *Violência Nossa de Cada Dia: Violência Doméstica e Familiar Advento da Lei Maria da Penha, Lei Nº 11.340, de 2006 (Alterações no Código Penal, Código de Processo Penal e Lei das Execuções Penais)*

(Profa. Eunice)

18 hs - 7º Seminário - Tema:

05/junho/2018 - 17 hs



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO

J) *Educação em Direitos. Percepção das Diferenças. Constituição Federal de 1988. Aperfeiçoamento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. LEI Nº 10.639, de 2003 e LEI Nº 11.645, de 2008. Estatuto da Igualdade Racial, LEI Nº 12.288, de 2010. Estatuto da Juventude, LEI Nº 12.852, de 2013. (Profa. Eunice)*
18hs - 8º Seminário - Tema:

12/junho/2018 - 17 hs

K) *Políticas de Ação Afirmativa e Integração Social. Compromissos Institucionais e Internacionais da República Federativa do Brasil. Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação, de 1965; Cotas Étnicas na Universidade de São Paulo.*

ONU – Década Internacional de Afrodescendentes (2105 – 2014): Pilares: RECONHECIMENTO, JUSTIÇA e DESENVOLVIMENTO (Profa. Eunice e convidados)

Comentários aos resultados do exame ENEM de 2017

Professora Dra. Amélia Cristina Abreu Arte – Pesquisadora Fundação Carlos Chagas

18:30 hs - 9º Seminário - Tema:

Temas para os Seminários

1. LITERATURA BRASILEIRA E LIBERDADE DE EXPRESSÃO
PARECER CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CNE/CEB Nº 15 de 2010
2. CASO ELLWANGER
PARECER PROFESSOR CELSO LAFER (“amicus curiae”) HC 82424/RS - 2004
3. CASO SIMONE ANDRE DINIZ
4. CASO NEUSA DOS SANTOS NASCIMENTO E GISELE ANA FERREIRA
5. RACISMO INSTITUCIONAL
CASO ALINE PIMENTAL
6. ESPÉCIE DE RACISMO: INJURIA RACIAL
7. RACISMO ESTRUTURAL OU RACISMO SISTÊMICO
REVELAÇÕES DA POLÍTICA DE DADOS ABERTOS
8. ASSEDIO MORAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO
9. ASSEDIO SEXUAL
10. REGIMES JURÍDICOS DE TRATAMENTO DA PROSTITUIÇÃO



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO

CRITERIOS DE AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados pela participação em aulas, seminários, fichamento de leituras e consultas em sites e elaboração de trabalho escrito.

TRABALHO ESCRITO: Serão elaborados com fundamento nas aulas teóricas, seminários e pesquisas envolvendo temas sobre gênero e etnia. O conteúdo conterà, no mínimo vinte laudas e deverão ser entregues no Departamento de Direito do estado (11º andar) até o dia 25 de maio, às 18 horas. As minutas, facultativamente, poderão ser submetidas à análise quanto à aplicação das normas da ABNT, à Bibliotecária Maria dos Remédios, mediante prévio agendamento, via plataforma Moodle, cujas atenções e gratuidade, agradecemos.

Somente serão aprovados os trabalhos que alcançarem nota superior a sete. Alunos não aprovados serão submetidos à prova escrita no dia 26 de junho de 2018, às 17 horas.

LITERATURA MUSICAL EXAMINADA EM AULA

AMÉLIA

Autores: Ataulfo Alves e Mario Lago

Principal Intérprete: Noite Ilustrada

<http://youtube/CvldqFrllx4>

NEGA MALUCA

Autores: Evaldo Ruy e Fernando Lobo

Principal Intérprete: Linda Batista

<http://youtube/K08t-fttpbl>

PERERÊ PERALTA (SACI)

Autores: Carlinhos Brown e Guto Graça Mello

Principal Intérprete: Carlinhos Brown

<http://youtube/bBxi5AL1iGw>

MARIA MOITA

Autores: Carlos Lyra e Vinicius de Moraes

Principal intérprete: Marília Medalha

http://youtube/IJy_T5JnmQ4

COSTURA DA VIDA

Autor Sergio Perere

Principal Intérprete: Conjunto Quatro Vozes



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO

<http://www.youtube.com/watch?v=4vGKEdYuU2M>

SANTOS NEGROS

Autora: Cassia Maria

Principal Intérprete: Conjunto Quatro Vozes

<http://youtube/LrWUFqnggcc>

MUSIC LITERATURE TO BE DISCUSSED IN CLASS

AMELIA

Authors: Ataulfo Alves and Mario Lago

Principal Interpreter: Illustrated Night

<http://youtube/CvldqFrllx4>

NEGA MALUCA

Authors: Evaldo Ruy and Fernando Lobo

Home Interpreter: Linda Batista

<http://youtube/K08t-ftpbI>

PERERÊ PERALTA (SACI)

Authors: Carlinhos Brown and Guto Graça Mello

Home Interpreter: Carlinhos Brown

<http://youtube/bBxi5AL1iGw>

MARIA MOITA

Authors: Carlos Lyra and Vinicius de Moraes

Main performer: Marília Medal

http://youtube/IJy_T5JnmQ4

SEWING OF LIFE

Author Sergio Perere

Principal Performer: Conjunto Quatro Vozes

<http://www.youtube.com/watch?v=4vGKEdYuU2M>

SANTOS NEGROS

Author: Cassia Maria

Principal Performer: Conjunto Quatro Vozes

<http://youtube/LrWUFqnggcc>



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO

SITES

Secretaria de Segurança Pública	http://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/Default.aspx
Instituto Sou da Paz	http://www.soudapaz.org/upload/pdf/sdp_analisa_1o_sem_2017.pdf
Artigo 19	http://artigo19.org/
Transparência Brasil	https://www.transparencia.org.br/
Associação Contas Abertas	http://www.contasabertas.com.br/site/
Nazismo no Brasil	https://www.youtube.com/watch?v=tqhLWtWd_iM&sns=em
Geledes Instituto da Mulher	http://www.gledes.org.br
NegraAssociação Brasileira de	http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/issue
Pesquisadores Negros	http://bradonegro.com/produtos.asp?TipoID=2
I Seminário Internacional refletindo a década internacional dos afrodescendentes (ONU 2015-2014)	

Trabalho Doméstico no Brasil – Maior números mulheres domésticas do mundo.

<http://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2018/02/26/o-que-faz-o-brasil-ter-a-maior-populacao-de-domesticas-do-mundo.htm>

BIBLIOGRAFIA

AGUNE, Roberto Meizi; CARLOS, José Antonio; GREGORIO, Alvaro & BOLLIGER, Sergio

Da pra fazer?

E-book disponível nos formatos PDF, ePub e Mobi

<http://igovsp.nt/sp/daprafazer/>

ALEX, Robert Teoria de los derechos fundamentales. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.

ANDERSON, S. C. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. Cadernos Pagu. Campinas, n. 16, 2001.

ARENDT, Hanna A dignidade da política. Org. Antonio Abranches, trad. Helena Martins e outros, Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1993

ARISTOTELES A política. Trad. Roberto Leal ferreira. S Paulo: Martins Fontes, 1991



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO

ARON, Raymond As etapas do pensamento sociológico. Trad. Sergio Bath, S Paulo: Martins fontes, 1999

AUAD, Denise A importância dos princípios para a efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, em especial do princípio da dignidade humana sob o enfoque da alteridade IN Direitos humanos, democracia e justiça social, org. Denise auad e Bruno Costa Oliveira, S Paulo: Letras Jurídicas, 2017, p. 361

BARCELOS, Ana Paula A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana. Rio de Janeiro: Renovar, 2002

BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro (Pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo). Revista Diálogo Jurídico, Salvador, CAJ – Centro de Atualização Jurídica, v. 1, nº 6, setembro, 2001.
Disponível em: <http://www.direitopublico.com.br> Acesso em 10/novembro/2017.

BASAVE, Augusto. La dimension jurídica Del hombre, fundamentos antropológicos de La filosofia Del derecho, Revista de Informação Legislativa, Brasília: Senado federal, 9(36):31-6, out/dez., 1972

BAUMAN, Zygmunt O mal-estar da pós-modernidade. Trad. Mauro Gama, Claudia Martinelli Gama, Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BEIJING. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher. Instrumentos Internacionais de direitos das Mulheres, Pequim, 1995.
Disponível em:
http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf
Acesso em 17/novembro/2017

BENEVIDES, Maria Victoria A cidadania ativa – referendo, plebiscito e iniciativa popular, S Paulo: Atica, 1971

BERNARDO, Leandro Ferreira. A aprovação da PEC do trabalho escravo e a flexibilização do direito de propriedade no Brasil IN Revista da AGU, volume 14, Brasília: EAGU, 2015, p. 123-146.

_____ A declaração das nações unidas sobre os direitos dos povos indígenas e os direitos humanos, direitos humanos e socioambientalismo IN Souza Filho, Carlos Frederico Marés; Bergold, Raul Cesar (Org.). Os direitos dos povos indígenas no Brasil: desafios do século XXI. Curitiba: Letra da Lei, 2013

_____ Democracia, direitos humanos e ambientalismo. Hileia (UEA), v. 16
Disponível em <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/Hileia/issue/view/38>
Acesso em: 10/novembro/2017

_____ O Brasil e a corte interamericana de direito humanos: uma análise das condenações sofridas pelo Brasil na corte interamericana de direitos humanos e do seu cumprimento. IN Bernardo, Leandro: Althaus, Ingrid G. (Org.) O Brasil e o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos. S Paulo: Iglu, 2011.



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho; Apresentação: Celso Lafer, Rio de Janeiro:Elsevier, 2004.

BOHM, David Diálogo: comunicação e redes de convivência. S Paulo: Palas Athena, 2005.

BOITEUX, Elza Antonia Pereira Cunha O dever de solidariedade, IN Direitos humanos, democracia e justiça social, Org. Denise Auad e Bruno Batista Costa Oliveira, S Paulo: Letras Jurídicas, 2016, p. 325..

BOSI, Alfredo Dialética da colonização. S Paulo:Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade – CNV. Violações de direitos humanos dos povos indígenas. Relatório: textos temáticos/ Comissão Nacional da Verdade. Brasília:CNV, 2014

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Censo do poder judiciário: Vide - vetores iniciais e dados estatísticos. Brasília: CNJ, 2014, p. 42.

Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/dpj/CensoJudiciario.final.pdf>

Acesso em; 10/novembro/2017.

BRASIL. Presidência da republica. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Mulheres do Campo E da Floresta Diretrizes e Ações Nacionais. Brasília: SPM. PR, 2011.

BRASIL, Ministério da Saúde. Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher. Relatório Final. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde. 1987.

Disponível em:

http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/CNSD_mulher_parte_I.pdf. Acesso em 17/novembro/2010

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADPF Nº 186. Voto do Relator: Ministri enrique Ricardo Lewandowski. Brasília - DF Julgamento 25 e 26/2012.

BRASIL. Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Disponível em:

<http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s%20-20%Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf>

BUCCI, Maria Paula Dallari Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas. S Paulo:Saraiva, 2013.

_____ O conceito de política pública em direito IN Políticas Públicas – reflexões sobre o conceito jurídico. Org. Maria Paula Dallari Bucci, São Paulo: Saraiva, 2006

BUFORD, Bill Entre os vândalos: a multidão e a sedução da violência. S Paulo: Companhia das Letras, 1992.



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO

CAGGIANO, Monica Herman Direitos humanos e democracia no século XXI IN Direitos humanos, democracia e justiça social, org. Denise Auad e Bruno Costa Oliveira, SPaulo:Letras Jurídicas, 2017, p. 305 .

CAMPILONGO, Celso Fernandes Política, sistema jurídico e decisão judicial. S Paulo:Saraiva, 2011.

CANELA JUNIOR, Osvaldo O orçamento e a “reserva do possível”: dimensionamento no controle judicial de políticas públicas IN Controle jurisdicional de políticas públicas, Coord. Ada Pellegrini Grinover e Kazuo Watanabe, Rio de Janeiro:Forense, 2013, p. 225.

CANOTILHO, J.J. Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. Coimbra:Almedina, 1997.

CARNOY, Martin Estado e teoria política, Trad. Equipe de tradutores do Instituto9 de Letras da PUCCAMP, Campinas:Papirus, 1990.

CASTILHO, Ricardo Direitos humanos – Processo histórico, evolução no mundo, direitos fundamentais, constitucionalismo contemporâneo, S Paulo: Saraiva, 2010

COMPARATO, Fabio Konder Ética: direito, moral e religião no mundo moderno, S Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____ Afirmação histórica dos direitos humanos, S Paulo:Saraiva, 1999.

_____ Ensaio sobre o juízo de constitucionalidade de políticas públicas.

IN Revista de Informação Legislativa, Brasília a. 35, n. 138 abr/jun. 1998.

Disponível em: <http://www.senado.leg.br/bdsf/>

Acesso em 10/novembro/2017.

COSTA, Jurandir Freire Violência e psicanálise. IN Reflexões psicanalíticas sobre a violência I. . Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986

CRAVIOTTO, Joaquim Fome cerebral, Revista Isto É Senhor. Entrevista ao joralista Luiz Fernando Sá em 15 de maio de 1995, p. 5-6.

CRENSHAW, Kimberly Race, reform and retrenchment: Transformation and legitimation in antidiscrimination. Harvard Law Review 101: 1331-1387, 1988.

CRENSHAW, Kimberly Forward: Toward a race-conscious pedagogy in legal education. National Black Law Journal 11: 1-14, 1989.

CRENSHAW, Kimberly Twenty years os critical race theory: Looking back to move forward. Connecticut Law Review 43: 1253-1352, 2011.

DALLARI, Dalmo de Abreu Elementos de teoria geral do estado, S Paulo: Saraiva, 2010

_____ O estado federal, S Paulo:Editora Ática, 1986.



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO

_____ O futuro do estado, S Paulo:Saraiva, 2002.

_____ O poder dos juízes , S Paulo:Saraiva, 1996.

_____ Terras indígenas: a luta judicial pelo direito. IN Conflitos de direito sobre as terras Guarani Kaiowá no Estado do Mato Grosso do Sul. Conselho Indigenista Missionário Regional Mato Grosso do Sul, Comissão Pró Índio de São Paulo. Procuradoria Regional da República da 3ª Região (Org.) S Paulo: Atlas, 2000.

DELGADO, Richard. Jean Stefancic and HARRIS, Angela "Conclusion" IN Critical Race Theory: An Introduction, Second Edition, 143-54. New York, London: NYU Press, 2012
<http://www.istyor.org/stable/j.ctt9qg9h2.13>

ENDO, Paulo Cesar, A violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico. IN Reflexões psicanalíticas sobre a violência III. S Paulo: Escuta, 2005.

FAORO, Raymundo, Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. S Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan, O negro no mundo dos brancos, S Paulo:Global, 2007.

_____ A integração do negro na sociedade de classes. S Paulo:Dominus, 1966.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves Curso de direito constitucional, S Paulo: Saraiva, 2012.

_____ Direitos humanos fundamentais, S Paulo: Saraiva, 1996.

FOUCAULT, Michel Microfísica do poder. Org. e Tradução de Roberto machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FRASER, Nancy A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. IN revista Crítica de Ciências Sociais. N. 63. p. 7-20, Tradução de Teresa Tavares, 2002.
Disponível em: <http://rccs.revues.org> Acesso em: 09/novembro/2017

_____ Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". Tradução de Julio Assis Simões. IN Cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.
Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/cadernosdecampo>
Acesso em: 09/novembro/2017.

FRASER, Nancy Reconhecimento sem crítica IN Souza, Jessé & Mattos Patricia (Orgs.) Teoria Crítica no século XXI. S Paulo: Annablume. 2007.

FREIRE, Paulo Educação como prática da liberdade, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FURTADO, Celso Formação econômica do Brasil. S Paulo: Companhia das Letras, 2007.



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO

GALLO, Jorge Ivan Hubner La igualdad desde El punto de vista filosófico, social y jurídico IN Revista de Informação Legislativa, Brasília\\senado Federal, 9(36), p.113-120, out, 1972.

GOMES, Joaquim Barbosa Ação afirmativa & principio constitucional da igualdade: Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino Reexame do Parecer CNE/CEB nº 15/2010, com orientações para que material utilizado na Educação Básica se coadune com as políticas para uma educação antirracista. Brasília: Ministério da Educação: Conselho Nacional da Educação. 9 p. Parecer CNE/CEB nº 6/2011, apresentado a Ouvidoria da secretaria de Políticas de promoção da Igualdade Racial (SEPIR).

GRINOVER, Ada Pellegrini O controle jurisdicional de políticas públicas IN O controle jurisdicional de políticas públicas, Coord. Ada Pellegrini Grinover e Kazuo Watanabe. Rio de Janeiro:Forense, 2013, p. 125.

HABERMAS, Jürgen A inclusão do outro: estudos de teoria política. (die Einbeziehung des Anderen: Studien zur politischen Theorie). Trad. George Sperber, Milton Camargo Mota e Paulo Astor Soethe. São Paulo:Loyola,1997.

HENRIQUES, Ricardo Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das condições de vida na década de 90. Texto nº 807, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa econômica Aplicada – IPEA, 2001.

HILL COLLINS, Patricia Black Feminist Thought. New York:Routledge, 1990

LAFER, Celso A reconstrução dos direitos humanos, S Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo Globalização, Regionalização e Soberania, S Paulo: Ed. Juarez Oliveira, 2003.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo Interesses Difusos – conceito e legitimação para agir, S Paulo: Revista Tribunais, 2004.

MARTINS JUNIOR, Wallace Paiva Transparência administrativa: publicidade, motivação e participação popular, S Paulo: Saraiva, 2010.

MEDAUAR, Odete Controle da Administração Pública, S Paulo: Revista Tribunais, 2014.

MELLO, Marco Aurelio Ótica constitucional: a igualdade e as ações afirmativas IN Martins, Ives Gandra da Sila. As vertentes do direito constitucional contemporâneo: estudos em homenagem a Manoel Gonçalves Ferreira Filho. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002.

MORAES, Alexandre Direito constitucional, S Paulo: Atlas, 2016.

_____. Direitos humanos fundamentais, S Paulo: Atlas, 1997.

OLIVEIRA, Bruno Costa Repensando a Teoria Geral do Estado: Nem dogmática, nem pragmática, apenas uma ciência social IN Direitos humanos, democracia e justiça social, org. Denise Auad e Bruno Costa Oliveira, S Paulo:Letras Jurídicas. 2017, p. 611.



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO

PIOVESAN, Flavia Direitos humanos e o direito internacional, S Paulo: Saraiva, 2011.

_____. A atual dimensão dos direitos difusos na Constituição9 de 1988. Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo9, n. 38, p. 75-89, dez. 1992.

_____. Constituição e transformação social e eficácia das normas constitucionais programáticas e a concretização dos direitos e garantias fundamentais. Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. n. 37, p. 63-74, jun. 1991.

PRADO JUNIOR, Caio Formação do Brasil contemporâneo. S Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000.

PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus Preconceito racial e igualdade jurídica no Brasil – a cidadania negra em questão. Campinas: Julex, 1989.

_____. Direito à personalidade integral – cidadania plena. Tese de doutorado. Área Direito do Estado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Professor Orientador: Dalmo de Abreu Dallari, 126 p., 1996.

_____. Educação em direitos – um caminho para a igualdade racial. IN Revista Brasileira de Filosofia, (Homenagem Professor Celso Lafer), ano 60. N. 236, já-jun, 2011, p. 35-69.

_____. Preeminência política: os direitos da personalidade são fundamentais. IN Direitos humanos, democracia e justiça social, S Paulo: Letras Jurídicas, 2016, p. 643-655.

RAGO, Margareth A mulher brasileira nos espaços público e privado. S Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2014.

RANIERI, Nina Teoria do estado. Do estado de direito ao estado democrático de direito, S Paulo: Manole, 2013.

_____. Um conceito mais amplo9 de liberdade, desenvolvimento, segurança e direitos humanos para todos – multilateralismo e cidadania mundial, Pol[ítica Externa, S Paulo:, v. 14, p. 25-40, 2005.

RAWLS, John Uma teoria de justiça. Nova tradução, baseada na edição americana revista pelo autor, Jussara Simões; revisão técnica e da tradução Alvao de Vita. S Paulo: Martins Fontes, 2008.

REALE, Miguel Filosofia do direito, S Paulo: Saraiva, 1991.

RIOS, Roger Raupp Direito da antidiscriminação: discriminação direta e indireta e ações afirmativas, Porto Alegre:Livraria do Advogado Editora, 2008.

ROUSSEAU, Jean Jacques Emilio ou da educação. Trad. Sergio Muller, S Paulo: Difel, 1979

_____. O contrato social, Trad. Antonio D. P. Machado. Estudo crítico: Afonso Bertagnoli, Rio de Janeiro: Ediouro, 1994.

SÃO PAULO (Estado). Ministério Público. Centro de Apoio Operacional Cível e tutela Coletiva. Patrimônio Público. Apontamentos à Lei Anticorrupção Empresarial (Lei nº 12.846/13) Ministério Público do Estado de São Paulo – São Paulo: MP-SP, 2015



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO

SANTOS, Gislene Apareida Reconhecimento, u topia , distopia. Os sentidos da política de cotas raciais. S Paulo: Annablume?FAPESP, 2012,

SANTOS, Tiago Vinicius André Uma análise do racismo institucional na segurança pública IN Direitos Humanos, democracia e justiça social, org. Denise Auad e Bruno Costa Oliveira, S Paulo:Letras Jurídicas, 2017, p. 259.

SALET, Ingo Wolfgang. A EFICÁCIA DOS DIREITO FUNDAMENTAIS. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2006.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 70: revisitando uma trajetória. Florianópolis, maio-agosto/2004, p. 264.

SILVA, Allyne Andrade O programa Brasil quilombola e a efetividade do direito à cidadania integral IN Direitos Humanos, democracia e justiça social, org. Denise Auad e Bruno Costa Oliveira, S Paulo:Letras Jurídicas, 2017, p. 233.

SILVA, José Afonso Curso de direito constitucional positivo. S Paulo: Manoel, 2014.

SILVA, Virgílio Afonso Integração e diálogo constitucional na América do Sul. IN Bogdandy, Arminb Von; Piovesan, Flavia; Antoniazzi, Mariela Morales (Orgs.) Direitos humanos, democracia e integração jurídica na América do Sul. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 515-530.

_____ - O Judiciário e as políticas públicas: entre transformação social e obstáculo à realização dos direitos sociais. IN Souza Neto, Claudio Pereira; Sarmento, Daniel. Direitos sociais: judicialização e direitos sociais em espécies. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 587-599.

_____ O STF e o controle de constitucionalidade: deliberação, diálogo e razão pública. Revista de direito Administrativo 250 (2009): p. 197-227.

Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/4144>

Acesso em: 09/novembro/2017.

SIMÃO, Calil Estatuto da Igualdade Racial: comentários doutrinários. Leme: J.H.Mizumo, 2015.

SOUTO, K. M. B. A Política de atenção integral à saúde da mulher: uma análise de integralidade e gênero. SER Social, Brasília, v.10, n. 22, jan/jun. 2008, p. 161-182.

SOUZA, Maria L. Ribeiro Violência. IN Reflexões psicanalíticas sobre a violência II. S Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

UNGARO, Gustavo Responsabilidade do estado e direitos humanos, S Paulo:Saraiva, 2010

VARVIN, Sverra &VOLKAN, Vamik D. Violência ou diálogo? Reflexões psicanalíticas sobre o terror e terrorismo. S Paulo: Palas Athena, 2008.

VILLAS BOAS FILHO, Orlando A constituição do campo de análise e pesquisa da antropologia jurídica. Prisma jurídico. S Paulo. v. 6, p. 333-349, 2007.



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO

WATANABE, Kazuo Controle jurisdicional das políticas públicas – “Mínimo existencial” e demais direitos fundamentais imediatamente judicializáveis IN O controle jurisdicional de políticas públicas, coord: Ada Pellegrini Grinover e Kazuo Watanabe, Rio de Janeiro:Forense, 2013, p. 213.

YOUNG, Irirs Marion Unruly Categories: A Critique of Nancy Fraser’s Dual System Theory, New Left Review, 1997.